

Lugares para a História: a urgência de uma conexão social

Places for History: the urgency of a social connection

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 136 p.

João Carlos Furlani*

Recebido em: 22/11/2020

Aprovado em: 10/12/2020

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), sob orientação do prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva. Mestre, licenciado e bacharel em História pela mesma instituição. Faz parte do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, seção ES (Leir/ES). E-mail: joao.furlani@gmail.com

Introdução

Normalmente, espera-se que uma resenha acadêmica seja de um livro recente, publicado em até no máximo 5 anos – como se esse fosse o tempo de validade para uma novidade ou ideia. Todavia, outros motivos também sustentam a publicação de uma resenha, como, por exemplo, uma reedição ou um aniversário. Não obstante, a emergência de um tema igualmente justifica uma análise e recomendação (ou não) de uma obra. Tendo em mente essas concepções, se assim for necessário, podemos argumentar que a obra que aqui pretendemos abordar, *Lugares para a História*, de Arlette Farge, completa uma década de lançamento, no Brasil, em 2021. Além do mais, ela toca em questões urgentes para os dias atuais, que é a relação entre História e sociedade, sobretudo em tempos tão delicadas como os que vivemos no Brasil e no mundo, seja pelas práticas políticas corrosivas ou pela emergência de questões de saúde pública.

Lugares para a História foi publicado originalmente com o título *Des lieux pour l'histoire* pela Éditions du Seuil, em 1997. No Brasil, a obra foi traduzida por Fernando Scheibe, doutor em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina, e publicada em julho de 2011 pela editora Autêntica, sob a coleção História e Historiografia, coordenada pela Dra. Eliana de Freitas Dutra, professora do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. No que tange aos aspectos técnicos, o livro é de leitura confortável, conta com 136 páginas, em formato 15,5 x 22,5 cm, e acabamento de brochura.

Antes de mais nada, é preciso recordar que Arlette Farge, nascida em 14 de setembro de 1941, é uma historiadora francesa especializada no estudo do século XVIII, diretora de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), vinculado ao centro de pesquisa histórica da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

Em 1974, defendeu sua tese de doutorado, *Le vol d'aliment à Paris au xviiiè siècle*, sob a orientação de Robert Mandrou, discípulo de Lucien Febvre. Desde então, destaca-se como uma das mais notáveis pesquisadoras que se dedicam ao século XVIII. Em 2016, Farge recebeu o Prêmio Dan David pela categoria "Passado: história e sociedade".

Devedora a Robert Mandrou e a Michel Foucault, Arlette Farge exprime sua preocupação com os laços do discurso produzido pela História com a sociedade em que o inscreve. Se orienta em Foucault e, antes dele, em Bloch, sobre a premissa de que os problemas que ocorrem no mundo e as questões pertinentes para a comunidade acadêmica unem o estudo dos mortos ao tempo dos vivos.

Farge, em *Lugares para a História*, buscou definir lugares que frequentemente recolocam em causa, afim de produzir formas de inteligência que sirvam para interrogar o hoje. Em sua visão, há lugares para a história que permitem confrontar o passado e o presente e interrogar de outra forma os documentos e os acontecimentos, o que

permitiria articular o que desaparece com o que aparece. Os lugares para a história, eleitos por Farge, designam situações do século XVIII que encontram eco no tempo presente, tocando em questões que aliam o coletivo ao individual. Com isso, a autora realiza uma crítica à disciplina História, a qual, amiúde, tenta a tudo tornar liso o que de fato não é.¹

O livro ora resenhado é composto por oito capítulos, sendo cada um deles dedicado a um tema distinto que encontra sentido dentro da crítica geral ao *modus operandi* dos historiadores. De tal modo, Arlette Farge abre o primeiro capítulo com a seguinte pergunta: “a História tem feito do sofrimento um objeto de pesquisa?”. A autora questiona isso, pois, em sua visão, falam-se mais das guerras do que dos sentimentos e dos traumas que elas causam.

Com efeito, os temas mais estudados são aqueles que, na vida privada, abordam doenças, lutos, violências, divórcios; e, na vida pública, motins, revoluções, criminalidades e guerras. Analisa-se, em suma, o sofrimento da ruptura, as descontinuidades, entendidas como sofrimentos sociais, políticos e físicos. O historiador marca, muitas vezes, a temporalidade e sua cronologia com essas descontinuidades sofridas. Em outras palavras, o sofrimento é constantemente visto na História como consequência de fatos, não como uma entidade estudada como tal.

Entre os distintos campos da pesquisa em História há exceções, é claro. Aquele que dá conta da história do tempo presente, por exemplo, costuma abordar questões que envolvem sofrimento, em especial quando envolve depoimentos de vítimas. Para Farge, isso demonstra que, na historiografia, quanto mais recuado no tempo, menos o sofrimento parece fazer parte do mundo social abarcada. Devemos recordar que, em meados da década de 1970, os historiadores da chamada história das mentalidades, sobretudo com Philippe Ariès (1975; 1977) e Michell Vovelle (1970), procuraram inserir questões referente ao sofrimento em suas investigações. Contudo, Para Farge, as produções desses autores acabam por concordar com a perspectiva supracitada, na qual o afastamento temporal parece diminuir ou relativizar o sofrimento da sociedade.

Nos documentos históricos, os testemunhos, os processos, as queixas e interrogatórios expressam sentimentos, como a magoa, a pena e a raiva. Essas emoções são singularidades que precisam ser reintroduzidas no discurso histórico. O historiador não deve, segundo Farge, desprezar tais sentimentos, muito menos acreditar que eles são um excesso do que se visita.

Por meio do sofrimento é possível analisar diversas situações, como a relação entre violência e poder; o regulamento do sofrimento pela justiça; a redução do sofrimento por esta última etc. As queixas, por exemplo, não precisam ser trabalhadas necessariamente por seu conteúdo, podemos inferir sobre os códigos em que ela se inscreve e os momentos

¹ Ao longo do texto, utilizaremos História com letra inicial maiúscula ao nos referirmos à disciplina acadêmica.

em que escapa deles, além de enunciar os lugares de vulnerabilidade social. Aqui, pode-se destacar a guerra, um exemplo de sofrimento por excelência, mas avalizado, uma vez que nela são impostas maneiras de se tolerá-la, ocultando os sofrimentos individuais.

A dor em si é uma forma de relação com o mundo. Uma sociedade particular num dado tempo da história tem um poder enorme sobre a expressão do sofrimento dos seus. Farge defende que precisamos tentar inscrever as falas de dor em temporalidades definidas para compreender a maneira pela qual compreendem o sofrimento. Devemos procurar essas falas em seus mais variados tipos de dores: a dor política tem suas palavras e formas de se exhibir que conduzem a novos acontecimentos, como no desprezo por um rei, na indignação pela injustiça ou na revolta diante de um sistema jurídico; a dor das migrações ou êxodos que criam novos comportamentos e outras relações de força; ou a dor de ser mulher em face de um mundo masculinizado e opressor.

Farge conclui este capítulo evocando um papel social do historiador e de seus estudos: o de denunciar os meios que tornam o sofrimento possível, para impedir que aconteçam novamente, uma vez que este não é uma fatalidade.

No capítulo seguinte, "Da violência", Farge dá continuidade ao seu argumento geral e inicia a discussão com uma crítica aos discursos históricos, sociológicos e filosóficos sobre a violência, que se mostram insatisfatórios para analisá-la na atualidade. Para a autora, há um apego enorme a interpretações sólidas, porém pouco adequadas. Seria necessário, portanto, submeter a violência a análises mais plurais que permitam, eventualmente, controlá-la e erradicá-la. O trabalho de Farge é, por um lado, um retorno a eixos e problemáticas tomados pela História, não para torná-los obsoletos, mas para construir grades mais ajustadas e mais finais para os dias atuais.

Para Farge, o momento do pós-guerra criou uma expectativa tanto literária quanto acadêmica em que se acreditava que a violência estaria extinta, posto os traumáticos episódios da Segunda Guerra Mundial. Contudo, novos acontecimentos de ampla violência pós-Segunda Guerra, como a depuração étnica, a violação sistemática e o genocídio de populações evidenciaram uma nova onda de barbárie.

Retomando questões teórico-metodológicas para compreender e analisar a violência, Farge declara que a interpretação, seja filosófica ou histórica, é uma tarefa infinita, é um espaço constantemente aberto que sempre pode ser retomado. Ao fim e ao cabo, somente a interpretação é capaz de dar sentido. Ao criticar Norbert Elias (1939) e concordar com as análises de Michel Foucault (1971), Farge declara que a reinterpretção ao infinito e a refundação de novos sujeitos da história são capazes de auxiliar na compreensão de uma sociedade com a violência, seus discursos, interpretações e sujeitos. Pelas perspectivas foucaultianas, seria possível definir as regras que constituem os fenômenos de dominação e violência, sendo possível refletir sobre essas regras e analisar as violências que regem. É preciso, segundo Farge, analisar a natureza da racionalidade que produz essa violência

a fim de transformar eventualmente seu curso, como as configurações e dispositivos que autorizam a violência.

O terceiro capítulo de *Lugares para a História* é uma espécie de união do primeiro com o segundo, com um tema mais específico, que é a guerra. Farge traz falas comuns sobre a guerra, que ela considera conformistas, como a guerra ser “mortífera, mas inevitável”, “insuportável, mas ordinária”. Na História, após um período de discrição, vêm ocorrendo uma ascensão do interesse pela guerra e seus saberes. Nesse sentido, Farge declara que antes de ser um objeto sociológico ou histórico, a guerra é um objeto de estudo filosófico, desde os gregos antigos a Hegel, passando por Tomás de Aquino, Maquiavel e Hobbes.

Apesar das diferenças entre as distintas abordagens, muitos autores reafirmam o caráter de inevitabilidade da guerra. Porém, para Farge, é tempo de reatar com uma história da guerra que pudesse desarticular os termos “arte”, “inevitável” e “ordinário” sobre ela. Como um objeto para a História, a guerra é o produto de multiplicidade de racionalidades, o que envolve a tomada de decisões e escolhas, é, portanto, uma construção social. A batalha é um acontecimento conduzido por homens e sofrido por populações. Para além disso, devemos questionar a fundo: o que sabemos do medo, da coragem ou da covardia dos combatentes? Quem tolera a guerra ou obriga outros a tolerá-la? É preciso também refletir sobre a memória que inscreve no homem e sobre a temporalidade que lhe aflige. A guerra, ainda, é um acontecimento que obriga seres humanos a se tornarem diferentes daquilo que queriam ou imaginavam ser. As guerras, para Farge, foram feitas por decisões conscientes e organizadas, jamais aparecendo como uma fatalidade. Ela é, acima de tudo, anormal e evitável.

Outro importante lugar para a História na atualidade se refere à fala, objeto de atenção do quarto capítulo da obra resenhada. O homem, a mulher, o marginal e suas falas também têm seu lugar. Não que este seja um tema novo, pois autores como Michel Foucault (1963; 1975; 1976), Michel de Certeau (1980), Paul Ricoeur (1975; 1983-1985; 1986) e Jacques Rancière (1981), entre tantos outros, já se debruçavam sobre essas questões.

Farge declara que por meio de documentos como processos verbais, interrogatórios, testemunhos, entre outros – ou seja, fontes que contenham traços de oralidade –, abre-se um deciframento possível das maneiras de pensar, imaginar e enxergar as pessoas do povo para além de comportamentos civis e políticos. É possível enxergar questões do cotidiano, como as relações entre homens e mulheres, pais e filhos e as tomadas de poder microscópicas que recobrem o campo do privado.

Apesar de a irrupção da fala nas fontes históricas trazer novas interrogações e possibilidades, é preciso tomar cuidado para não nos perdermos nas singularidades e, com isso, atomizar o discurso e sucumbir aos encantos das individualidades. É importante articular as singularidades aos grupos sociais e aos acontecimentos coletivos. Nesse

processo, é possível também trabalhar sobre a maneira como cada época gere essa articulação. O território do “eu”, portanto, caminha em territórios de classificação e desclassificação, os quais podem ser demarcados pelo historiador.

O capítulo seguinte concentra-se na zona do acontecimento, sendo este definido por Farge como um momento, um fragmento de realidade percebida, um pedaço de tempo e de ação posto em pedaços. Seria ele fabricante e fabricado. É mediante esses pedaços de sua existência que o historiador trabalha, sabendo que o acontecimento possui um caráter heterogêneo. É importante lembrar que o fato e a fala sobre o fato são distintas e exigem que reflitamos sobre tal. Farge afirma que o historiador ama o acontecimento: seu gosto por ele é proporcional a sua inquietude com o “silêncio das fontes”. O acontecimento, irregular, singular, mantém o fio do relato, uma vez que fornecem provas, em torno das quais o historiador estabelece sentido, uma cronologia, adventos. Em outras palavras, o acontecimento exerceria o papel de legitimar um discurso. Não podemos esquecer que, ao selecionar um acontecimento, outros são deixados de lado. Nessa espécie de controle do discurso, pode-se construir de uma “fonte segura” numa espécie de amnésia. Devemos estar cientes dessa potencialidade do discurso histórico.

Os acontecimentos, muitas vezes, são conjugados a partir de noções binárias, como ruptura-continuidade; progressão-regressão; arcaísmo-modernidade; evidência-contradição, entre outros. Na História ocorre uma ação da profissão que amiúde isola um acontecimento para, em seguida, realoca-lo no conjunto de outros acontecimentos e afirmar que ele não é nada sem os outros. Para Farge, nesta operação, o acontecimento corre o risco de perder sua autonomia e sua singularidade.

Com vistas a esse problema metodológico, Farge evoca outras formas de análises sobre o acontecimento, como a Micro-História, que busca compreender o conjunto de relações sociais por uma escala menor. Mesmo por essa perspectiva, devemos nos perguntar qual é a autonomia possível do “microacontecimento estudado”, uma vez que o lugar, as condições de inscrição de um acontecimento no tecido social, formam sua singularidade. A fala irrisória, quase inaudível, a resposta formulada, o relato empreendido são também acontecimentos, assim como as batalhadas, motins e tratados diplomáticos. É nesse sentido que Farge critica a surdez da História frente ao acontecimento relacionado à fala e chama atenção para o cuidado em diferenciar história e memória.

Farge também critica o uso da fala pelos historiadores. De acordo com a autora, a fala em História serve ao relato como simples anedota, distração do discurso e frequentemente não ocupa o lugar principal na interrogação histórica. As testemunhas, mortas ou vivas, falam demais, ou equivocadamente, de outro lugar, mas cabe ao historiador tratar do excesso, da disfunção e reelaborar os sentidos das palavras. Por fim, a frieza das pesquisas

históricas também é recriminada, a autora sugere que, talvez, essa singularidade do acontecimento que é a fala possa proporcionar algum sentimento à pesquisa.

As percepções de um mesmo fato são variáveis, manifestas ou imediatas, latentes ou caladas. Ciente disso, Farge busca discutir a importância das opiniões em seu sexto capítulo. De início, a autora afirma que a linguagem da opinião é opaca, de maneira que é preciso evitar certas facilidades de interpretação a seu respeito: consenso não é sinônimo de adesão, ficar em cima do muro não significa ser indiferente; o silêncio não é fatalmente cumplicidade. A opinião é um lugar emaranhado onde a memória, o saber, a informação e a projeção sobre o presente e o porvir se mesclam. Em meio a essa heterogeneidade, é preciso levar em conta as múltiplas inflexões sobre a opinião. O relato do historiador, portanto, deveria conjugar a análise do plural com aquela do singular.

Além das palavras, da fala, uma comunidade social se exprime também por meio de gestos, ritos, práticas e comportamentos cotidianos. Tais ações são dotadas de significação. No cotidiano social, fatos, acontecimentos, grandes ou pequenos, provocam formas precisas de conciliação ou disputa, liberam imaginários em que a opinião se faz e se desfaz. Não é necessário que toda opinião seja explícita, há uma linguagem implícita, dotada de significado, como, por exemplo, aproximar-se do sagrado ou insultá-lo, participar com indiferença ou entusiasmo de uma cerimônia obrigatória. Ou mesmo permanecer em silêncio.

As opiniões, diante de situações variadas, como a guerra, a miséria, o aumento de preços, enunciam uma "disposição" dos espíritos e dos corações daqueles que assistem a elas, fabricam motivos particulares para a compreensão dos acontecimentos.

A questão da estética dos fatos e dos acontecimentos políticos também é importante para a formação de opinião. Farge questiona a respeito de como articular um sentido da opinião coletiva e a realidade das opiniões singulares. Para isso, retoma as considerações de Jules Michelet (1959), o qual, em seus primeiros escritos, afirma que capturar o homem em sua individualidade é capturar a generalidade da vida popular. Contudo, o próprio Michelet (1833-1844) questiona essa consideração e declara que "cada homem é uma humanidade". Ademais, Marcel Schwob (1896) declarou que "a ciência histórica nos deixa na incerteza sobre os indivíduos", partindo em direção à Arte, que seria mais receptiva à individualidade. Farge, de certa maneira, concorda com as perspectivas de Schwob, mas acredita que a História pode conter esse jogo entre individual e coletivo.

Em seu sétimo capítulo, intitulado "Da diferença dos sexos", Farge inicia evocando a os 5 volumes da coleção *Histoire des femmes en Occident*,² publicada entre 1990 e

² A coleção foi publicada em português, pela editora Afrontamento, sob o título *História das mulheres no Ocidente* (cf. DUBY; PERROT, 1993-1995).

1991, com direção de Georges Duby e Michelle Perrot. Para Farge, a publicação destes volumes certamente produziu efeitos positivos, solidificando um campo específico para os estudos sobre o feminino: a História das mulheres. Para a autora, a coleção conta ainda com um “perfume de feminismo”, uma cor de um passado militante, que agora foi enriquecido com novas problemáticas, lugares e métodos.

Apesar de não mostrar muito engajamento teórico-metodológico com o campo, Farge não tem dúvidas que a pesquisa sobre as mulheres e – como ela chama – a diferença dos sexos ainda está marcada pela inércia que se opõe a mudança de esquemas, modelos, papéis e comportamentos. Existe uma espécie de um olhar consolidado, com uma aderência cega. Contudo, movimentos, mudanças e rupturas podem eventualmente fazer violência a esse bloqueio de pensamento, que nada mais é do que uma experimentação, jamais uma fatalidade. O singular, as estratégias e o conjunto das posturas decididas diante de um momento social específico podem sacudir o que parece imóvel, deslocar expectativas, reformular composições estabelecidas. Farge declara que, para resistir, apoia-se na observação de figuras imprevistas, movimentos improváveis, mas perceptíveis, numa heterogeneidade visível dos acontecimentos e dos fatos sociais em que as situações que permitem forjam, renovar, transformar memórias e acontecimentos. Esses desvios não deslocam apenas as realidades, os momentos em si, mas as representações que fazemos delas.

Por fim, em seu capítulo oito, Farge se debruça sobre os “historiadores” Bouvard e Pécuchet, personagens do póstumo romance homônimo de Gustave Flaubert, publicado originalmente em 1881. Após os “homenzinhos”, como assim o autor os chamava, passarem por diversas áreas do conhecimento, no capítulo IV, eles se encarregam da História, da pesquisa histórica, do desejo de conhecer e descrever o passado. Em resumo, Bouvard e Pécuchet tomaram três direções em sua aventura: 1) ser a história, logo colecionaram, visitaram e se relacionaram com monumentos e tudo o que lhes pudesse apresentar algo do passado; 2) saber tudo sobre o passado; 3) na impossibilidade da anterior, quiserem fazer eles próprios a história, compor uma história.

A obra *Bouvard e Pécuchet*, segundo Farge, exprime concepções de História do próprio Flaubert, que, em seus roteiros, constitui uma ideia muito forte da disciplina. Para ele, se é parcial, não é científica, logo, a história real não pode existir. Ao evocar esse exemplo, a autora quer dizer a História está fadada à construção de seu objeto, sua elaboração é um processo social. No anseio de conhecer outro tempo, não escapamos ao nosso, o que constrói vínculos entre os homens do passado e do presente.

De maneira geral, *Lugares para a História* de Arlette Farge é um bom livro. É teoricamente afinado com uma linha de pensamento, de uma História combate, engajada e politicamente útil à sociedade. A autora tece críticas, faz perguntas e busca

responde-las, tentando manter uma coerência em sua fala, sempre com uma escrita fluída e orgânica.

O livro, contudo, é uma reunião de pequenos ensaios que nem sempre dialogam muito bem entre eles – é nítido que alguns são mais bem desenvolvidos que outros. Até o capítulo 6, *Farge*, mesmo se repetindo em certos momentos, consegue amarrar muito bem o seu argumento teórico: dos lugares para a História. Todavia, o sétimo capítulo demonstra sinais de pouco conhecimento teórico com o campo abordado. O próprio título “Da diferença dos sexos” já restringe conceitualmente questionamentos que já viam a luz do dia no momento da escrita de *Farge*. Demandas relacionados à uma nova história social das mulheres e, sobretudo, aos estudos de gênero sequer aparecem no capítulo em questão, menos ainda autoras consagradas da área, como Joan Scott (1986; 1988) e Judith Butler (1990; 1993).³ Infelizmente, esse é um dos capítulos que poderiam ter sido mais bem trabalhados, em especial pela urgência e necessidade da temática. De modo semelhante, o último capítulo, apesar de ser muito bem escrito e transparecer a paixão da autora pela literatura, pouco tem a acrescentar ao argumento desenvolvido ao longo do livro, inclusive destoando até mesmo no estilo de escrita. Por último, é notável o apego da historiadora aos especialistas franceses e a escassez de citações ou menções a pesquisadores de outros países.

Apesar das críticas acima, de forma alguma queremos desmerecer o livro da autora, pelo contrário, acreditamos que a maneira que *Farge* encontrou para alertar aos historiadores de vícios e comportamentos ultrapassados que ainda praticamos é louvável. Com um tom engajado, mas embasado, *Lugares para a História* busca dar um passe adiante na relação entre historiadores e sociedade, em especial com os indivíduos, os quais tem sentimentos, opiniões e falas.

Como afirma a autora, a atualidade obriga o historiador a realizar novas interrogações colocadas em urgência. A disciplina precisa se abrir a outros caminhos, métodos e formas de se expressar, o que amiúde acontece sob a injunção de outras disciplinas, visto que a História e a urgência nem sempre andam juntas.

Uma das maiores lições de *Farge* é que o historiador deve incluir questões como dor, violência e sentimentos em suas pesquisas. O que não é algo simples, obviamente. É necessário cuidado para não cair em armadilhas, como encarar a pobreza com certo “exotismo”, criar maniqueísmos ou inferiorizar ou suprimir a capacidade de quem está sendo estudado. Os sentimentos, a dor e o sofrimento, entendidos como opacos, não são uma deficiência para a pesquisa se os utilizarmos como ferramentas de reconhecimento e conhecimento, lembrando que a História também é feita dessa opacidade e não deve ser feita por meio de meros fatalismos.

³ As autoras, inclusive, publicaram um livro em conjunto em 1992 (cf. SCOTT; BUTLER, 1992).

Por fim, mediante esta resenha, gostaríamos de demonstrar a importância dos temas abordados por Farge no ofício do historiador e, mais especificamente, incentivar a publicação de uma nova edição de *Lugares para a História*, dada a indisponibilidade de encontrá-la em lojas virtuais, o esgotamento em estabelecimentos físicos e a não existência de uma edição digital em livrarias e bibliotecas online.

Referências

- ARIES, Philippe. *Essais sur l'histoire de la mort en Occident: du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Seuil, 1975.
- ARIES, Philippe. *L'Homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.
- DE CERTEAU, Michel. *L'Invention du quotidien*. Paris: Gallimard, 1980. 2 v.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *Histoire des femmes en Occident*. Paris: Plon, 1990-1991. 5 v.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1993-1995. 5 v.
- ELIAS, Norbert. *Über den Prozeß der Zivilisation: soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen*. Basel: Verlag Haus zum Falken, 1939. 2 b.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité*. Paris: Gallimard, 1976. 3 v.
- FOUCAULT, Michel. *Les Mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.
- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la clinique: une archéologie du regard médical*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- MICHELET, Jules. *Écrits de jeunesse: journal (1820-1823)*. Paris: Gallimard, 1959.
- MICHELET, Jules. *Histoire de France au Moyen Âge*. Paris: L. Hachette, 1833-1844. 10 t.
- RANCIERE, Jacques. *La Nuit des prolétaires: archives du rêve ouvrier*. Paris: Fayard, 1981.
- RICŒUR, Paul. *Du texte à l'action: essais d'herméneutique*, II. Paris: Le Seuil, 1986.
- RICŒUR, Paul. *La métaphore vive*. Paris: Le Seuil, 1975.